

Mau trato infantil: conhecer para sinalizar

Helena da Conceição Borges Pereira Catarino*

Maria dos Anjos Coelho Rodrigues Dixe**

Florencio Vicente Castro***

Introdução: Sendo da responsabilidade dos professores a sinalização e denúncia dos maus tratos infantis, os estudos evidenciam uma preparação inadequada destes para o desempenho desse papel (Kenny, 2004; Munro, 2005 e Goldman, 2007), com impacto na morbilidade e mortalidade e infância perdida. Importa desenvolver programas que lhes permitam aprender a identificar e actuar perante a suspeita de mau trato e a intervir minimizando os seus efeitos no desenvolvimento da criança ou jovem (Brackenridge, 2008 e Walsh & Farrell, 2008).

Objectivos: Com o presente trabalho pretende-se avaliar o nível de conhecimentos dos educadores de infância e professores do ensino básico e secundário em relação ao mau trato infantil; identificar o conceito dos educadores de infância e professores do ensino básico e secundário sobre mau trato infantil e conhecer as necessidades de formação no âmbito da criança de risco e do mau trato infantil.

Metodologia: Desenvolvemos um estudo descritivo, numa amostra constituída por 264 educadores de infância e professores do ensino público pré-escolar, básico e secundário do concelho de Leiria, seleccionados por amostragem de conveniência. Foi aplicado um questionário composto pela caracterização sócio-demográfica e profissional; avaliação dos conhecimentos dos educadores de infância e professores sobre os maus tratos infantis, através da Educators' Checklist for Recognizing Possible Child Maltreatment de Crosson-Tower (2003) traduzida e adaptada ao contexto português (integra 69 itens) e avaliação das necessidades de formação sobre a criança de risco e mau trato infantil.

Resultados: Em média, os educadores que integraram a amostra apresentam conhecimentos insuficientes sobre os sinais de suspeita de mau trato infantil. A percentagem média de respostas correctas foi de 33,1%. Possuem mais conhecimentos ao nível dos sinais de suspeita de maus tratos físicos, a média de respostas correctas foi de 46,3% e mais deficitários ao nível dos sinais de suspeita de maus tratos sexuais, a percentagem média de respostas correctas foi de 29%. Relativamente aos contextos, ideias, realidades ou conceitos associados ao mau trato infantil, da análise emergiram três categorias: Factores de risco para o mau trato infantil (Factores familiares, Factores sociais e Factores individuais), Natureza dos actos perpetrados na criança (Negligência, Mau trato psicológico, Mau trato físico e Mau trato sexual) e Consequências dos maus tratos na criança (Alterações do comportamento da criança). Demonstram interesse em fazer formação sobre a identificação dos sinais e sintomas de mau trato, actuação/procedimentos na sinalização e formas de intervenção.

Conclusões: Na amostra em estudo, os educadores apresentam conhecimentos deficitários sobre os maus tratos infantis, levando a sub-deteção dos sinais de suspeita ou de mau trato e consequentemente à sub-notificação dos casos. Face aos resultados, consideramos que a formação dos professores e alunos de educação deve abranger este domínio, fundamental para conferir empowerment na área dos maus tratos infantis, pelo que sugerimos a implementação de programas de formação numa perspectiva multidisciplinar, de um instrumento estruturado que constitua um "Guia de sinalização do mau trato infantil" e de um manual de procedimentos que normalize os procedimentos de notificação.

Palavras-chave: Maus tratos, Infância, Conhecimentos, Educador, Professor, Bem-estar.

* Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Saúde, Enfermagem [helena.catarino@ipleiria.pt]

** Escola Superior de Saude de Leiria

*** Universidad de Extremadura, Psicologia